



## NATUREZA, TRABALHO E RESISTÊNCIAS NO CARIRI CEARENSE EM MEADOS DO SÉCULO XIX

Darlan de Oliveira Reis Junior<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

No que se convencionou chamar de sertão cearense, um espaço peculiar se formou no decorrer da temporalidade: a região do Cariri, localizada ao sul do estado. Descrita por viajantes, políticos, escritores e poetas, no século XIX era apresentada como um oásis em pleno sertão, cercada pela aridez de seu entorno. A construção de tal representação fez parte da política da classe senhorial no processo de subordinação dos trabalhadores escravizados, libertos e livres, no decorrer dos Oitocentos.

Durante certo período, este mesmo local recebeu um complemento ao substantivo próprio, o adjetivo *novo*. Em alguns casos, a denominação era operada no plural, “Cariris Novos”, fazendo uma distinção em relação à outra região, localizada na Paraíba e conhecida por “Cariris Velhos”. Dessa maneira, parte do Ceará passou a se referir e a ser referida com tal epíteto. As origens da denominação do lugar tem relação com a nação Kariri que ali vivia e que posteriormente teve contato com os colonizadores.<sup>2</sup>

Apesar da referência a um povo, com o passar do tempo, a região ficou marcada no discurso com outras identidades predominantes: a da natureza bela e com fartura das águas em pleno sertão, ou a da religiosidade de seu povo, notadamente testemunhada pelos romeiros que todos os anos seguem para Juazeiro do Norte, para visitar onde nasceu e viveu o Padre

---

<sup>1</sup> Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Regional do Cariri (URCA).

<sup>2</sup> Capistrano de Abreu explicou a situação da população indígena no século XVII: “O Ceará estava ocupado por Tupinambás ou Petiguares, ao Sul, chegados recentemente do Rio Grande do Norte, e por Tupiniquins ou Tabajaras, espalhados pela Ibiapaba, e residentes aí desde muitos anos, senão séculos, pois constituíam setenta aldeias. Eram numerosos os Tapuias, geralmente Cariris, primeiros habitantes do litoral, já então recalçados para o interior, exceto ao Norte, onde os Tremembés, também do tronco Cariri, dominavam as praias que vão do Camocim até além da Paraíba. A palavra Ceará (Siará) é legitimamente cariri, e as explicações até agora tentadas pelos tupis só satisfazem os próprios inventores”. Capistrano de Abreu, *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988, p. 149.

Cícero Romão Batista – ambas elaboradas no decorrer da segunda metade do século XIX.

Devido às grandes distâncias em relação ao litoral e à dificuldade na locomoção do semiárido, muito de sua história ganhou contornos peculiares. Um dos exemplos foi a busca pela autonomia política por parte da classe senhorial, traduzida na proposta de criação de uma nova província, separada do Ceará e retirando territórios deste e também das províncias de Pernambuco, da Paraíba e do Piauí. No decorrer dos séculos XVIII e XIX, já se difundia a ideia de um espaço único em contraste com o restante do interior cearense e também das províncias vizinhas. A representação de um território como espaço privilegiado no interior do Ceará, devido ao solo fértil e à presença de fontes de água em contraposição à aridez do entorno, foi um importante instrumento político, utilizado pelas classes senhoriais, na consolidação de seu domínio sobre o território. O Cariri, assim denominado, passou a ter uma existência histórica, de região vivida e representada. Ou seja, no decorrer da temporalidade, o espaço regional ganhou sentidos diversos, apropriações, usos e práticas que foram e ainda são objetos de disputa em vários campos como a política, cultura, história, economia e da representação simbólica.

### **O USO POLÍTICO DO ESPAÇO: NATUREZA E TRABALHO**

A apropriação dos recursos naturais na região do Cariri cearense, desde o início da ocupação colonizadora, foi pautada em critérios baseados na origem, condição social, riqueza, na possibilidade de participação política, na religião e nos interesses dos governos e dos poderes locais. Essa luta expressou não só o domínio sobre o espaço, mas também sobre os homens e mulheres que nele viviam.

A representação regional construída a partir da segunda metade do século XIX permitiu à classe senhorial elaborar uma autoimagem, elemento importante no pretense projeto civilizador que dizia ser portadora. Os discursos não eram excludentes, nem justapostos. Na verdade, se completavam, na medida em que destacavam o espaço privilegiado pela natureza e as características de distinção da referida classe. Quem detinha o poder de delimitar, simbolizar ou nomear o espaço, procurava definir as distinções necessárias para o discurso político.

Assim, a partir da *identidade da região* era elaborada a construção da imagem do Cariri como um local diferenciado no interior, um verdadeiro “oásis” em meio ao “sertão” cearense e vocacionado para as atividades agrícolas. No Cariri idealizado pela classe senhorial, aquele discurso foi de tal forma apresentado que passou a ser percebido como sendo a própria *identidade regional*, fortalecendo seu domínio de classe<sup>3</sup> – o que não significa dizer que todos os sujeitos sociais assimilaram ou aceitaram, da mesma maneira, os elementos que a compunham. Dissensos, resistências e outras formas de vivências existiram no mesmo espaço e fizeram o contraponto ao modelo idealizado pelos senhores.

Quatro aspectos se destacavam na promoção da identidade regional a partir da ótica senhorial. A busca pela autonomia política como instrumento de afirmação de importância da região no cenário nacional e de consolidação de um projeto civilizatório; a afirmação de uma vocação agrícola determinada pelos recursos naturais; a imagem de uma classe senhorial paternal e branda no trato com as classes subalternas; e, por último, a difusão do estereótipo da índole propensa à vadiagem e à criminalidade dos setores da população que se recusavam ao trabalho subordinado àquela classe dominante. Os elementos formadores da identidade regional na perspectiva senhorial estabeleciam uma situação de desequilíbrio, pois a desigualdade social e a utilização dos trabalhadores numa situação de exploração eram assim justificadas.

A classe senhorial entendia como sendo a única capaz de levar em frente o processo civilizatório, pois, na representação que fazia de si, destacava uma autoimagem em elevada valorização, com um sentimento de diferenciação aos setores populares. O quadro lhe parecia favorável. O histórico de domínio desde o início da colonização de certa maneira corroborava a ideia construída. Ali existiu um mundo rural onde a formas de

---

<sup>3</sup> Segundo Rogério Haesbaert, a identidade da região se refere às características de natureza, da cultura e dos habitantes que distinguem ou, de fato, podem ser usadas nos discursos da ciência, da política, do ativismo cultural ou da economia para distinguir a região das demais, através de classificações que excluem determinados elementos e incluem outros, expressando assim o poder de delimitar, nomear, e simbolizar o espaço e grupos de pessoas. A identidade regional envolve a identificação dos habitantes com sua região, tanto dentro quanto fora dela. Participam de sua construção ativistas sociais, instituições e organizações, etc. In: Rogério Haesbaert, *Regional-Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010, p.119.

apropriação do espaço, sua transformação em propriedades juridicamente definidas, tinha como tradição o domínio sobre a terra, sendo este um dos elementos de desigualdade social e diferenciação de *status* e de prestígio. Além disso, parte da sociedade vivia na condição de proprietária de outros seres humanos, que naquele momento vivam na condição de escravizados.

Compondo o quadro das diferenças e desigualdades, estava a distinção jurídica entre livres e escravos e o preconceito a partir da cor da pele, sobre negros, “mulatos” e todas as outras denominações para os que eram considerados “mestiços”. Outro critério de diferenciação calcado na desigualdade era o de gênero, manifestado na subordinação exigida a muitas mulheres. Havia ainda a capacidade de alguns setores em acumular riquezas, seja através de privilégios concedidos pelo poder estatal, ou pela herança; a possibilidade de participação na política através das eleições, baseadas num sistema censitário. Por fim, todo o discurso sobre a questão do estado, da autonomia provincial, da realização de obras públicas (como estradas, prédios, açudes) servia aos propósitos de apropriação da classe senhorial, dos recursos públicos. O que se constituía e era apresentado como público emergia dos interesses particulares daquela classe.<sup>4</sup> Formavam-se assim os condicionantes naquela formação social. A conjuntura e as peculiaridades regionais, o seu desenvolvimento técnico e produtivo, suas relações com outros lugares e os recursos naturais passíveis de utilização na época, compunham as particularidades do Cariri.

Assim, em linhas gerais, o espaço vivido pela classe senhorial era representado como sendo potencialmente capaz de ser próspero, devido às possibilidades do uso dos recursos naturais exuberantes. A agricultura seria a mola propulsora desse desenvolvimento, desde que as classes trabalhadoras estivessem sob seu controle, disciplinadas. As propostas de autonomia não se concretizaram, porém, o monopólio das funções políticas institucionais era garantido, além da apropriação da riqueza gerada pelo trabalho dos homens livres pobres e dos escravizados, bem como o domínio sobre as melhores terras e recursos hídricos. Além disso, Celeste Cordeiro demonstra que, no Ceará, na segunda metade do século XIX, as características centrais da atividade política na província (a privatização da política a partir dos interesses familiares, o mandonismo local, a violência como forma eficaz de

---

<sup>4</sup> Ilmar Rohloff de Mattos, *O tempo saquarema – A formação do estado imperial*. – 2. ed. – São Paulo, 2011, p. 222.

intimidação dos adversários, lastreada pelo poder econômico que possuíam) contribuía para o estabelecimento do controle social sobre os trabalhadores.<sup>5</sup>

Um dos vetores explicativos propagados pelos grupos dominantes estava na diferenciação entre seu território e seu entorno. Um seria o *oásis*, o outro, o *sertão*. Os habitantes da região buscavam a diferenciação, não queriam que o local em que viviam estivesse associado à noção de atraso e de miséria. Assim, dissociavam-na dos problemas inerentes à seca. Por isso, apresentavam o Cariri como local de refrigério e de progresso.

Não fica satisfeito o caririense quando alguém o chama de sertanejo, o seu Cariri de sertão. Não toma a palavra sertão em seu sentido mais amplo, na acepção da zona do interior, afastada da faixa litorânea. O Cariri, do Ceará, é uma espécie de zona da mata pernambucana, ou dos brejos na Paraíba. É o verdadeiro oásis cearense como muitos o denominam. É uma ilha verdejante cercada da zona sertaneja criadora.<sup>6</sup>

Valorizado pelo contraste com o “restante” do sertão, quase como se não fizesse parte dele, tornava-se motivo de orgulho e de diferenciação. Irineu Pinheiro, ao citar a viagem de George Gardner pelo interior do Brasil, comentou a atitude dos moradores e seu orgulho pelo local em que viviam:

Tanto mais lhe deleitaram os olhos as paisagens caririenses quanto acabara êle de viajar do Aracati ao Crato, numa distância de cerca de 300 milhas, “através de uma região que naquela época era pouco melhor do que um deserto”. É verdade podermos considerar o Cariri uma zona à parte no interior do nordeste. Por isso, em geral, se não julgam os sertanejos os caririenses. Em virtude de um certo orgulho nativista, talvez porque o termo sertão lhes dê a ideia de uma zona sêca e estéril, acham que sua terra, muito bonita e

---

<sup>5</sup> Celeste Cordeiro, “O Ceará na segunda metade do século XIX”. In: Simone Souza (org.), *Uma nova História do Ceará*. – 4 ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007, p. 135-161.

<sup>6</sup> José de Figueiredo Filho, *Engenhos de Rapadura do Cariri: Documentário da Vida Rural*. Fortaleza: Edições UFC, 2010f, p. 21.

fértil, não deve incluir-se naquela designação. O Cariri é lindo e rico, não pode ser sertão.<sup>7</sup>

A diferenciação entre o “oásis” e o “sertão” servia aos propósitos políticos da classe senhorial, antes mesmo da questão das secas serem tratadas como um problema nacional, se tomarmos a que ocorreu a partir do ano de 1877 como a referência para este problema. Em momentos anteriores, as autoridades políticas operavam com o discurso sobre a natureza para atingir seus propósitos, com a já citada distinção entre o Cariri e os *sertões*. A Câmara de Vereadores do Crato reforçava a ideia de que a cidade seria privilegiada.

Em comprimento ao que por V. Exc.<sup>a</sup> nos foi ordenado no officio circular nº 3 de 20 de Março proximo passado, acerca das precisões mais urgentes deste municipio, para esta Camara a satisfazer tão sagrado dever, para achar quis a Assembleia Legislativa Provincial corresponda as vistas de V. Exc.<sup>a</sup>, que será infalível o melhoramento em todos os ramos desta Provincia que tem a Gloria ser Administrada por V.Exc.<sup>a</sup>.

As precisões mais urgentes deste municipio continuão a ser, as que por esta mesma Camara ja forão ponderadas a V. Exc.<sup>a</sup> nos officios nºs 9 de 28 de Abril de 1845, e 33 de 11 de Março do anno passado: a industria geral delle he Agricula, e está muito atrasada, sendo o principal motivo deste atrazo, as pessimas estradas que partem desta Villa para as diferentes partes da Provincia, e das circunvizinhas, muito principalmente a do Ico por onde entra todo Comercio de fazendas seccas, e mulhadas, que paraliza no inverno pellas intermicencias do Rio Salgado.

**Neste municipio ameno e bello, Ex<sup>mo</sup> Snr, não ha percções de assudes, por ser todo o termo cortado de Ribeiras, e suas nativas aguas depois de banharem vastas planices cobertas de plantações, reuinem-se e formão as correntes Batateira, Salamanca e Inhuma.** A caza das seções desta Camara he sofrivel, e não está em estado que indique

---

<sup>7</sup>Irineu Pinheiro, *O Cariri: seu descobrimento, povoamento, costumes*. – Ed. fac.sim. – Fortaleza: FWA, 2009, p. 7.

ruína; outro tanto porem se não for desdizer das Cadeias desta Villa, que sendo huma das mais seguras das da Provincia, está contaminada de hum formigueiro, que amiassa ruína.<sup>8</sup> (grifo nosso)

Da afirmação de suas peculiaridades naturais, os vereadores postulavam mais recursos e obras públicas. No caso, a melhoria das estradas para facilitar o comércio. As câmaras municipais não detinham grandes recursos financeiros, desse modo, solicitavam o apoio financeiro do governo provincial.

Dentre as proposições, a mais polêmica era a da autonomia política, através da criação de uma nova província. Era polêmica porque o Brasil vivera no período regencial uma série de rebeliões e tentativas de maior autonomia, sendo algum desses movimentos diretamente promovidos pelas classes senhoriais locais, enquanto outros tinham um caráter nitidamente popular, o que assustava não só o poder central, como os próprios membros das oligarquias regionais. Os vereadores do Crato tinham a posição em defesa da criação da província como um ponto chave na resolução dos principais problemas.

Esta Camara já fez levar ao conhecimento de VEx<sup>ca</sup> quaes as necessidades mais urgentes de seu Municipio, e ainda persiste no sentimento de dizer ao Governo que temos falta de Cadeia, Matriz, Casa de Camara, Instrução primaria, Estradas, Comercio, Policia, falta tudo afinal quanto necessario se torna para o incremento do mais bello Paiz do Ceara, e a **Camara julga que o meio mais facil de remediar todos esses males he a realização da pretendida nova Provincia dos Cariris Novos, com o que teremos hum Governo, que sendo testemunha ocular de nossas precizões poderá, com conhecimento de cauza prover sobre as precizões mais urgentes do paiz.** A secca fez migrar para este termo melhor de vinte mil pessoas; e o Cariry pode sustentar dessa infinidade de retirantes, sem que fizessem a fome, graças aos belos

---

<sup>8</sup> CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Ofício da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Ignacio Corrêa de Vasconcelos, em 13 de abril de 1847, caixa 34, Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).

recursos que possuímos, os quaes a não serem estragados pelos ladrons indomaveis, não teríamos nada a reciar de presente, pela falta de Chuvas, que ameaça parte de nossas Searas, por terem sido plantadas em Março. Nós vemos que huma pequena parte da população imprega-se na Agricultura, e que o paiz acha-se inundado de Vadios e ladrons, parte dos quais vindos de fora, cossados pela secco, fizeram aqui causa Comum com os que ávião, e fazem huma total inversaõ dos costumes, que muito tememos, sem que a Policia nesta parte nada possa fazer pela dessidida falta de força regular, que se impregou contra os assassinos e malfeitores, não podendo achar-se recurso na Guarda Nacional pelo seu total desmoronamento.<sup>9</sup> (grifo nosso)

Os senhores percebiam a questão da seca em outras regiões como um perigo a ameaçá-los com a migração de milhares de pessoas, embora afirmassem que apenas uma pequena parte da população empregava-se na agricultura. Parece uma contradição reclamar da falta de braços para o trabalho, ao mesmo tempo em que informavam a chegada de milhares de pessoas sem ter o que fazer. Naquele discurso, o espaço era utilizado como ferramenta de ação política. A ênfase na regionalidade justificava a ação do estado, e a ideia de maior autonomia tinha repercussão entre os setores da elite cariense.

A classe senhorial desenvolveu um projeto de fortalecimento de seu poder através de diferentes estratégias, entre elas a de aumentar o seu poder político com a criação da nova província, o que traria uma arrecadação, efetivos policiais, novos empregos públicos, enfim, um maior poder para aquela classe social. Em que pese o projeto de 1839 não ter sido concretizado, permaneceu a bandeira da autonomia. Um exemplo é o editorial do Jornal *O Araripe*, no ano de 1858, como se fosse porta-voz de um sentimento de toda a população.

Na verdade, depois de nossa émancipação politica, nenhuma causa despertou já tantas sympathias, no

---

<sup>9</sup> CÂMARA MUNICIPAL DO CRATO. Relatório da Câmara Municipal do Crato ao Presidente da Província do Ceará, Ignacio Corrêa de Vasconcelos, em 11 de maio de 1846, caixa 34, APEC, folhas 1-2.



meio das populações que habitão este canto do Imperio. A creação é uma idéa popular, onde se reúnem os homens de todas as crenças, um constante objeto de nossos votos; e é de sua realização que, a justos títulos, fasem todos pender os nossos mais caros interesses, os interesses do povo e do governo, os interesses do commercio e da policia, os interesses da educação e da riqueza.<sup>10</sup>

Além da tentativa de efetivação da nova província, penso que é plausível a hipótese de que o reiterado discurso sobre tal questão contribuía para o fortalecimento da ideia de região, servindo aos interesses dos senhores. Discurso esse que tentava associar-se ao conjunto da população. O “oásis”, o “celeiro”, o “império da produção” vocacionado para a agricultura, que tinha todas as condições de ser província e de caminhar para o progresso civilizatório. Palavras que sempre retornavam, serviam de argumento e justificavam ações. Um *artificio* da classe senhorial que utilizou de forma eficiente a ideia de um “Cariri oásis”, de tal maneira que a construção ideológica foi aperfeiçoada no decorrer do tempo, chegando ao século XX como se fosse um dado concreto, inclusive formador da *identidade regional*. Um procedimento operacionalizado através das classificações, excluindo determinados elementos e incluindo outros, traduzindo o espaço de identidade cultural em representatividade política, articulado em função de interesses específicos, por uma “fração ou bloco de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução”.<sup>11</sup>

O estereótipo da inferioridade dos trabalhadores estava enraizado na cultura política da classe senhorial. No ano de 1870, o presidente da província, João Antonio de Araujo Freitas Henriques, ao defender a entrada de imigrantes com vistas a resolver o problema provocado pela “questão servil”, afirmou que os estrangeiros tinham uma homogeneidade de costumes, de identidade e de religião, e que isso seria muito favorável para o Ceará, em contraposição aos locais.<sup>12</sup> Em sua fala à assembleia provincial, o

<sup>10</sup>Jornal *O Araripe*. O ARARIPE, 26 de junho de 1858, p.1. Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri – Universidade Regional do Cariri (CEDOCC).

<sup>11</sup> Haesbaert, *Regional-Global*, p. 120.

<sup>12</sup>PROVÍNCIA DO CEARÁ. Fala de abertura da 1ª Sessão da 18ª Legislatura feita pelo Presidente da Província do Ceará, João Antonio de Araujo Freitas Henriques, em 01 de setembro de 1870, p.36. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>>. Acesso em: mar. 2012.

presidente tinha anexado o relatório do chefe de polícia, Henrique Pereira de Lucena, que descrevia seu entendimento sobre a motivação dos crimes no Ceará, imputando-os aos hábitos de determinado setor.

O ataque, porém, á propriedade, no qual sempre entra a premeditação e o cálculo, é um mal quasi incurável; porque importa a hedionda ociosidade com o cortejo de todos os vícios e más tendencias; é a completa negação do trabalho; o espírito de perturbação latente á ordem social, cujo principal garante só pôde ser o fructo do labor individual, o commodo licito da familia.<sup>13</sup>

No Cariri, os estereótipos também eram difundidos, assim como a tentativa de entender as condutas. Uma carta publicada em *O Araripe* no ano de 1856 criticava o gosto pelo jogo, tanto dos ricos quanto dos pobres. Seu autor usou apenas um codinome, “o sobrinho do sr. K”, para se identificar. Em outros números, um autor se identificava apenas como “K” e também escrevia cartas criticando os modos e costumes locais. No entanto, suas críticas eram mais severas para os empobrecidos. Voltando à carta do “sobrinho do sr. K”, este alegava que temia represálias pelo teor ácido de suas críticas. Em determinado trecho, atacava a prática dos jogos e dos sambas<sup>14</sup>.

O povo do Cariry, por isto que é doptado de uma vivacidade sem limites, entrega-se à toda sorte de distrações, não podendo estar quieto, inda quando de qualquer passo que tente dar, possa resultar-lhe uma queda. Quanto mais descemos pela escalla social mais observamos essa actividade, que absorve tudo. Assim, nos dias santificados para os que trabalhão, e nos outros seis da semana para os que fogem de occupações proveitosas, os sambas e os jogos estão em permanência. E’ domingo. Os ricos jogão a espadilha, as mulheres a suèca o pobre o vinte e sete, o captivo ou o frécha ou o cacete. Ora, os ricos teem lá sua

<sup>13</sup> PROVÍNCIA DO CEARÁ. Relatório do Chefe de Polícia, Henrique Pereira de Lucena, anexo à fala de João Antonio de Araujo Freitas Henriques. Disponível em <<http://www.crl.edu/brazil/provincial/cear%C3%A1>>. Acesso em: mar. 2012.

<sup>14</sup> Os sambas eram as festas com música, dança, bebida e comida, realizada nos terreiros das casas dos trabalhadores no Cariri.

rasão; porem os pobres se estão fasendo o maior mal, ja isso não é tão proveitoso. Mas demos de barato que em tal dia o costume tenha sancionado os jogos e passatempos; e ainda mais que os ricos (si há gente bastante rica para jogar nos 25 domingos e tantos outros dias santificados do anno) possuão agoentar essas sangrias; como se pode porem a D. Policia deixar ficar queda á vista do abuso que fas a nossa classe pobre, a pobrissima, a mendicante? Ah! é muita encuria, é uma falta immensa, deixar que assim se estrague noite dia nos lugares mais publicos um povo numeroso que fas da sua profissão de jogos, que emigra do Crato para a Barbalha, e da Barbalha para o Crato procurando somente jogar; que haja gente que adquira celebridade nesta traficancia; que os matutos joguem nas feiras o dinheiro, a carga, o cavallo, a rede, e até o chapeo! [...] Mas é isto que o q' vemos diariamente no Crato mesmo na prisão da salla Erre, na Barbalha no Jardim em Porteiras, em cada villa, em cada povoação ou sitio, em cada canto finalmente. Cumpre que a policia acabe com isto ao menos para que daqui a pouco se não supponha que jogar dinheiro é profissão licita; porque, se isto se deixa encasquetar ao povo, adeos enchada!<sup>15</sup>

O apelo à força policial para que reprimissem os setores populares empobrecidos era frequente. Em qualquer localidade, fosse um sítio ou uma vila, deveria ser coibida a prática popular do jogo e da festa. Na medição social que fazia, o autor da carta entendia uma escala social em que os mais pobres seriam os maiores detratores das atividades que ele entendia como sérias. Dessa forma, aqueles homens e mulheres acabariam se contrapondo ao propósito da vocação regional tantas vezes apregoada, que seria a da produção agrícola.

A agricultura, que tão lentamente progride nos países em que mais prospera, conserva-se nesta comarca completamente estacionaria, posto que a produção tenha acompanhado o incremento da população, com tudo a quantidade e qualidade dos produtos agriculas, não corresponde a extrema uberidade do solo, nem, a

---

<sup>15</sup> O ARARIPE, 10 de maio de 1856, p.2, Coleção Digital, CEDOCC.

relativa densidade de sua população, e isso porque a antiga rotina pesa com toda sua força de inercia sobre a agricultura. Nem um processo aperfeiçoado dos mais communs em outro qualquer paiz, tem substituido aos imperfeitissimos processos tradicionaes de nossa terra, atraso sem duvida divido a dificuldade, que tem o nosso agricultor de obter conhecimentos profissionais, que o habilitem para subtrair-se ao jugo da velha rotina.

Alem disso as dificuldades com que lutaõ nossos agricultores pela falta de braços, que é bastante sensível entre nós, em ração da escacez dos escravos; via de transporte; exorbitante pressão de juros; **convencional recusa da população a certos trabalhos agriculas, que julgaõ distinctivos da escravidão;** e afinal as incalculaveis e offensivas destruições das plantas, operadas pelos gados sem pastores: tudo isso concorre para o estado estacionario de nossa agricultura. <sup>16</sup> (grifo nosso)

A carta acima, assinada por A. G., leitor de *O Araripe* revelava a preocupação com a questão da mão de obra. Lamentos e explicações sobre as possíveis causas da recusa da população em servir. Sabia o autor que homens livres não desejavam ser comparados aos escravos e nem realizar tarefas que geralmente estavam associadas a aquele grupo. Nesse tipo de construção ocorria uma associação entre os problemas econômicos, sociais e de criminalidade, com uma suposta “natureza” humana essencializada. No que diz respeito aos livres que fossem pobres, aos escravizados ou aos povos indígenas, estes eram associados à indolência e à vadiagem. Combinada a esta associação estava vinculada a suposta “vocação” do lugar, fazendo-se a referência à fertilidade do solo ou à existência de fontes de água, chuvas regulares e singularidades do relevo. No entanto, as expectativas dos senhores muitas vezes eram frustradas pela resistência dos trabalhadores.

## HISTÓRIAS DE RESISTÊNCIA

O que imaginava e compreendia a classe senhorial sobre os trabalhadores e o que eles imaginavam e compreendiam sobre si mesmos não

---

<sup>16</sup> Carta de A.G., morador de Missão Nova, enviada em 29 de fevereiro de 1856 e publicada em *O ARARIPE*, 01 de março de 1856, p. 2, Coleção Digital, CEDOCC.

eram as mesmas coisas. Várias práticas e comportamentos que eram vistos pelos senhores como ociosidade, vadiagem, fanatismo, incapacidade, estupidez, tendência para o crime, má-fé, ou alguma outra má qualidade intrínseca, não eram assim vistos por quem vivia do seu próprio trabalho. Mesmo com todas as suas diferenças (de condição jurídica, atividade, local de moradia, religião, gênero, situação econômica ou cor) havia uma coisa em comum aos diversos segmentos de trabalhadores, que era o fato de comporem as classes subalternas. O fato de viverem nessa condição não necessariamente fazia surgir uma possível solidariedade, por exemplo, entre escravizados e livres pobres. Os atos de ajuda, companheirismo ou ação em comum dependiam de outras questões que diziam respeito aos compromissos morais, aos costumes, aos laços de parentesco e às experiências, devendo ser avaliados no seu contexto histórico e não traduzidos em uma generalização apriorística.

O domínio dos senhores sobre seus trabalhadores, livres ou escravos, não era exercido apenas com a força econômica ou somente no apelo à violência física. O controle social era legitimado pela difusão de valores, imagens, discursos, práticas e estratégias, através do exercício da hegemonia. Frederico de Castro Neves, ao analisar a crise dos mecanismos tradicionais de dominação provocados pela tragédia da seca de 1877 no Ceará, descreve a visão idealizada do mundo rural, elaborada por José de Alencar na obra *O Sertanejo*, marcada pelo paternalismo e uma “mentalidade senhorial”, vinculada ao regime de propriedade da terra, controle pessoal da mão-de-obra, valorização da obediência e da lealdade.<sup>17</sup>

Para além dos jornais, na fala das autoridades locais e provinciais, nos relatórios policiais e nos processos criminais, as tensões presentes no mundo do trabalho cariense se fazem notar, demonstrando que nem sempre a regra era a generosidade ou o paternalismo nas relações entre senhores e trabalhadores. Entender o mundo do trabalho em todas as suas dimensões significa não ficar preso somente à atividade propriamente dita, pois ele diz respeito aos valores, tradições, experiências, conflitos e solidariedades que os seres humanos estabelecem em suas relações de trabalho e com o espaço social em que vivem. O mais apropriado seria dizer “os mundos” do trabalho.

---

<sup>17</sup> Frederico de Castro Neves, “A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará”, *Tempo* [online]. 2007, vol.11, n.22, pp. 80-97. ISSN 1413-7704. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a05.pdf>>. Acesso em: mai. 2012.

Como afirma Sidney Chaloub, no que diz respeito a esses mundos, cada história recuperada através dos documentos é uma *encruzilhada* de muitas lutas na sociedade: na estigmatização dos pobres, nas estratégias de controle social dos agentes policiais e judiciários, na reação dos trabalhadores e suas experiências de resistência e afirmação.<sup>18</sup> As relações de trabalho são ativas, tem uma história, estão permeadas por continuidades e descontinuidades e se inserem em um quadro maior, o do espaço social, revelador das divisões e desarmonias, mas também das solidariedades e da convivência harmoniosa.

Como os trabalhadores entendiam o espaço em que viviam? Até que ponto os componentes de uma suposta *identidade regional* caririense, elaborados e difundidos pela classe senhorial faziam parte da sua própria identidade? E se não faziam, quais seriam os elementos que compunham o seu mundo? Conforme foi analisado, a categoria era heterogênea. No entanto, alguns elementos em comum conformavam uma cultura que lhes era própria, sua *experiência*, padrões de conduta e valores.

Nem sempre havia uma avaliação pejorativa sobre os hábitos da população trabalhadora no Cariri. Francisco Freire Alemão narrou uma festividade ocorrida na localidade de Vargem Grande, no caminho entre a cidade do Crato e a vila de Lavras da Mangabeira. Tratava-se de um casamento “na casa de uns pardos matutos” ao qual Freire fez as seguintes observações:

Quando lá chegamos – sete horas da noite – já estava feito o casamento, que foi feito em casa, pelo padre que também assistia ao samba. A casa coberta de telha fosca, chão de terra com uma comprida varanda, onde estava armada uma mesa de mais de 40 palmos. As mulheres sentadas todas do lado de dentro, os homens do lado de fora; e nós fomos todos convidados a tomar assento, mas só tomamos uma xícara de café, além de um copo de cerveja preta que me foi oferecido logo que me apeei. Provei aluá de milho, assim como tomei alguns tragos de genebra no mesmo copo onde bebia outra gente, e que com a mais ingênua sem-cerimônia

---

<sup>18</sup> Sidney Chaloub, *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 41.

me ofereciam. Este copo corria também pelo mulherio, entre o qual havia algumas senhoras e que não desdenham de tocar-lhe. A longa mesa coberta com uma toska toalha tinha espalhado pratos com arroz com farinha, com galinha cozida, com carne assada e com uma sorte de almôndegas, garrafas de vinho. Era bom ver como certas mulheres comiam e como as outras (meninas) deixavam de comer por vergonha, ou comiam duas no mesmo prato. Veio depois o café, em que tomamos parte. Acabada a mesa formou-se o samba no terreiro. Estenderam uma rede nos esteios da varanda e instaram comigo para que me sentasse nela, o que não aceitei, e não fui mal no negócio porque puseram-me em uma cadeira de couro em lugar onde estava ao lado das senhoras, com quem eu conversava. Fui muitas vezes tirado, assim como as mais companhias, mas levantávamos e tirava alguma senhora e principalmente alguma das quatro meninas que melhor dançavam. Havia muita gente, mais de 200 pessoas seguramente. Tocavam duas violas e uma rabeça; cantavam uns dois ou três sujeitos. Com bancos se formou um quadrado bastante grande, onde se sentavam nos três lados de fora homens, do lado da varanda outro banco onde estavam os noivos, as meninas de que já falei, mais umas mulatas. As senhoras ficaram sentadas dentro da varanda.<sup>19</sup>

Freire Alemão observou ainda a presença do juiz municipal, do escrivão, de “senhoras algumas brancas, e das melhores famílias do lugar”. Segundo ele, depois de sua saída, por volta da meia-noite, a festa teria prosseguido com queima de fogos e dança de quadrilha. Sua avaliação do evento foi positiva e através de seu relato pode-se notar a característica aludida anteriormente, como o caráter coletivo das atividades.

Em diferentes condições viviam os trabalhadores no Cariri cearense em meados do século XIX. Rurais ou urbanos, escravizados ou livres, pequenos posseiros ou moradores, negros, brancos, mestiços, alguns com mais recursos, outros vivendo numa situação de pobreza, fugitivos, remanescentes dos povos indígenas e quilombolas, nas mais diversas

---

<sup>19</sup> Francisco Freire Alemão, *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão: Fortaleza-Crato, 1859*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 195-196.

atividades econômicas e tarefas, elaboraram sua própria identidade na convivência do espaço, uma experiência muitas vezes sufocada pela classe senhorial.

O entendimento que a população subordinada por várias formas de opressão tinha de sua experiência de vida e de sua relação com os dominantes não era correspondente ao entendimento senhorial, mesmo que não fosse proclamado abertamente pelos subordinados. Segundo James Scott, um subordinado prudente tende a conformar seu discurso e os seus gestos àquilo que se sabe que dele se espera, controlando o que poderia gerar um impulso para a revolta, a raiva ou a violência, já que todo sistema de dominação gera uma série de atentados à dignidade humana, tais como, a apropriação do trabalho, humilhações públicas, assédio, desprezo, dentre outras. Scott explica que a representação que os dominadores fazem dos dominados demonstra que os primeiros partem do princípio de que os subordinados tentam enganá-los. Para Scott, as estruturas de dominação idênticas tendem, em condições equivalentes, a provocar reações e formas de resistências também idênticas entre si.<sup>20</sup> A prática da dominação levava a classe dominante a pensar os subordinados como dissolutos, justificando a própria dominação como necessária e providencial para a manutenção da ordem e a garantia da propriedade, além de proporcionar o controle sobre os trabalhadores e o enriquecimento da região, que na verdade era apenas o seu próprio enriquecimento. Portanto, as formas de lutas e resistência por parte dos explorados compunham as bases dos conflitos que ocorriam no mundo do trabalho.

Acontece que dois obstáculos geralmente se apresentam na análise da reação dos explorados. Um deles é o discurso oficial, o chamado “filtro das elites”. O outro é a dissimulação dos subordinados.

O elo entre a dominação e a apropriação significa que é impossível separar as ideias e o simbolismo da subordinação do processo de exploração material. De igual modo, é impossível separar a resistência simbólica velada às ideias de dominação das lutas práticas que se opõem ou que mitigam a exploração. A resistência, tal como a dominação, conduz uma guerra

---

<sup>20</sup> James C. Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência: Discursos Ocultos*. Tradução Pedro Serras Pereira. Lisboa: Edição Livraria Letra Livre, 2013, p. 53-71.



em duas frentes. O discurso oculto não é um mero rol de queixumes e imprecações sussurrados fora de cena; é também a concretização de um sem-número de estratégias pragmáticas e discretos destinados a minimizar a apropriação material. No caso dos escravos, estes estratégias incluíam normalmente o furto, a caça clandestina, a ignorância fingida, o absentismo ou a negligência ou falta de empenho no trabalho, o mercado negro, a produção para a venda clandestina, bem como a sabotagem das colheitas, do gado ou da maquinaria, o fogo posto, a evasão etc. No caso dos camponeses, a caça clandestina, a ocupação de terras, as colheitas clandestinas, a adulteração das rendas em géneros, o desbaste clandestino de terrenos e o incumprimento de obrigações feudais eram estratégias bastante comuns.<sup>21</sup>

Decifrar e superar tais obstáculos são tarefas que exigem um olhar mais cuidadoso do historiador, já que a maior parte da documentação escrita foi produzida pela classe senhorial ou pelos órgãos estatais, principalmente quando as referências eram sobre as práticas e ideias dos trabalhadores no Brasil do século XIX. Uma das formas de resistência existentes no Cariri era a praticada pelos trabalhadores escravizados. Kátia Mattoso explica que o “ser escravo” não era ser inteiramente devotado a obedecer humilde e fielmente aos senhores onipotentes. Havia um “jeito”, uma astúcia, arte, destreza e habilidades para sobreviver, além da aceitação respeitosa de si próprio e dos outros<sup>22</sup>. Um exemplo:

O Abaixo assignado faz sentir á aquellas pessoas que até hoje hão mantido relações de negocios com seus escravos, que não podendo tolerar por mais tempos essa traficancia summamente perniciososa aos interesses do abaixo assignado, declara que qualquer negocio feito com ditos seos escravos será desfeito judicialmente, patentiando ao publico o nome do individuo q’ particularmente procura seduzir escravos alheios para lhes comprar objectos furtados ao sr. Não pequenos prejuizos ha soffrido o abaixo assignado por

---

<sup>21</sup> Scott, *A Dominação e a Arte*, p. 259.

<sup>22</sup> Kátia M. de Queirós Mattoso, *Ser escravo no Brasil*. Tradução de James Amado. São Paulo, Brasiliense, 2003, p. 174.

peçoas que entreteem relações com os escravos resultando desse abuso os máos hábitos em que os mesmos vão cahindo; e porque é dever remover esse mal, mister se faz prevenir por meio do presente as peçoas a quem me refiro, q' me acho na desposição de acabar com taes traficancias. Engenho do Pau-secco, 1º de Setembro de 1857.

João Gonçalves Pereira de Alencar.<sup>23</sup>

O anúncio revela não só a irritação do proprietário, como também a negociação que permeava as relações dos escravos com outras pessoas livres, em prejuízo econômico para o dono. Porém, faço o destaque da declaração do senhor sobre os “maus hábitos”, ou seja, a política dos escravos em seus agenciamentos de negócios, à revelia da vontade senhorial. Algo que confrontava diretamente a ideia da escravidão, da autoridade do senhor sobre o seu escravo. Maria Daniele Alves analisou casos de lutas entre senhores e escravos no Cariri, através dos anúncios publicados no jornal *O Araripe*. Um exemplo citado por ela foi a história de Pedro, escravo que fugira no ano de 1855.<sup>24</sup> Em sua análise, Alves destaca as táticas de resistência de Pedro, como a habilidade no uso do tempo para transitar entre o território de duas províncias, além do uso de uma possível carta falsificada de seu senhor. Ao consultar o jornal, é possível identificar como o dono de Pedro fazia a denúncia contra seu escravo.

Pedro, cabra, com sincoenta e tantos annos de idade, altura regular, secco do corpo, rosto descarnado, pouca barba, algua coisa calvo, pernas finas, rendido de uma verilha; fugiu em outubro proximo passado, da Villa de Porto Alegre, provincia do Rio Grande do Norte; consta que dito escravo monirasse na cidade do Icò de uma carta falsa em nome de seo Sr. que é o abaixo assignado, consedendo-lhe licença para andar tirando esmollas afim de sêr liberto, e na posse desse documento appareceu no sitio Roncador do termo de Barbalha, havendo toda desconfiança axar-se dito escravo occulto naquelle ou neste termo. Quem o pegar,

<sup>23</sup> Jornal *O Araripe*. O ARARIPE. 12 de Setembro de 1857, p. 4, Coleção Digital, Centro de Documentação do Cariri - CEDOCC.

<sup>24</sup> Maria Daniele Alves, *Desejos de civilização: representações liberais no jornal O Araripe 1855-1864*. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em História e Culturas, Fortaleza, 2010, p. 112.

ou delle dér noticia no Esecratorio da Typographia do Araripe será pago de seo trabalho. Crato 15 de Janeiro de 1856. Pelo Pº Pedro Leite Pinto; Antº Glz' de Olivri<sup>a</sup>  
25

A arte do disfarce era uma estratégia do “cabra” escravizado Pedro, que para fugir das mãos de seu senhor, utilizara-se de uma carta supostamente falsa. Supostamente, porque pode ser que Pedro não fosse mais escravo e que, portanto, houvesse uma tentativa de escravização ilegal, da parte de seu antigo senhor. O anúncio retrata apenas a tensão existente, além da busca do suposto dono, por um escravo fugitivo. Alves também destaca, entre os vários anúncios pesquisados por ela, o da fuga do escravizado Luiz Telles, por ter sido escravo do senador José Martiniano de Alencar, “homem de poder e prestígio social, de família ‘liberal’ da cidade do Crato, que mantinha residência também no Rio de Janeiro, onde exercia o cargo de senador”.<sup>26</sup> Em sua análise, Alves explica como os anúncios procuravam destacar características do fugitivo, o que acabava revelando suas táticas. Eis o anúncio publicado em *O Araripe*, no ano de 1858.

Fugio no dia 4 de 8brº de 1857 da chacara n 5 da rua do Maruhy, em S. Christovaõ um escravo do senador Alencar, de nome Luiz Telles, pardo escuro; tem de 40 annos para cima, é mal encarado e falto de dentes na frente, tem uma enruga na testa, andar apressado e passadas curtas, finge-se as veses doído, tem falla tremula, com visos de estuporado; é muito ladino e astucioso, anda com cartas disendo que vae com ellas apadrinhado apresentar-se ao seo senhor. Disem que esteve trabalhando na estrada de ferro em Belém, e por ultimo ha noticia que está em Petropolis. Este escravo foi da cidade do Crato, (Ceará) para onde talvez siga; se por ventura for elle por là preso, o podem entregar na cidade ao vigario Manoel Joaquim Aires do Nascimento, o qual pagará todas as despesas e dará uma generosa gratificação.<sup>27</sup>

<sup>25</sup> O ARARIPE, 26 de Janeiro de 1856, p. 4, Coleção Digital, CEDOCC.

<sup>26</sup> Alves, *Desejos de civilização: representações liberais*, p. 114.

<sup>27</sup> O ARARIPE, 30 de Outubro de 1858, p. 4, Coleção Digital, CEDOCC.

Um escravizado que vivia no Rio de Janeiro, pertencente a um senador cearense, que poderia ter ido para o Crato, em fuga. Os destaques ao fato de fingir-se de “doido”, que utilizava cartas falsas, sendo “ladino e astucioso”, buscavam prevenir os moradores do Cariri, caso encontrassem Luiz Telles naquelas bandas. Segundo Alves, essas características eram apresentadas porque eram feitas a partir da visão senhorial sobre o escravizado. Acrescento que as mesmas revelam as táticas de manutenção da liberdade de Luiz, que teria tido a coragem de fugir das mãos de um importante político da época. Destaco também, o apoio que o senador conseguira na cidade do Crato, pois era ao vigário Manoel Joaquim do Nascimento que o fugitivo deveria ser entregue, caso fosse capturado na região.

Várias histórias de luta contra a escravização que resultavam na fuga dos escravizados podem ser encontradas nos periódicos da época, não só do Cariri, obviamente. A instituição escravista se fazia presente, revelando as condutas daqueles que a defendiam, mas também daqueles que apoiavam os fugitivos.

Romaõ José de S Anna Monteiro, levou a presença da policia desta cidade, no dia 29 do mês passado, um preto, que tinha todos os signaes descriptos no annuncio desta folha, numero 128 de 19 de dezembro do anno passado, do sr. tenente coronel Francisco Clementino de Sousa Martins; entretanto, posto seos signaes combinassem perfeitamente com os do annuncio, foi solto este individuo, disem que a pedidos. Si esse crioulo for o proprio Victor, escravo do sr. tenente coronel Martins, como crê Monteiro, perguntamos quem será o responsável d’ora em diante, a dar delle conta? Nossa polícia é de bohonomia para uns, e rigorosa em extremo com outros.<sup>28</sup>

Um dos casos de luta contra a escravidão, que teve maior repercussão na região do Cariri, na segunda metade do século XIX, foi o de Hypolita Maria das Dores, nascida livre, filha da liberta Maria das Dores e de um homem livre. Hypolita lutou por vários meios, inclusive com uma ação

---

<sup>28</sup> O ARARIPE, 04 de Setembro de 1858, p. 3-4, Coleção Digital, CEDOCC.

judicial de liberdade, para livrar a si e a seus filhos do cativeiro. Essa luta é retratada na dissertação de mestrado de Antonia Márcia Nogueira Pedroza.<sup>29</sup>

Em sua dissertação, Pedroza discute questões importantes sobre a questão da liberdade precária e o medo que livres e libertos de cor tinham de serem escravizados ilegalmente ou reescravizados, conforme o caso, além dos caminhos difíceis que uma mulher pobre e escravizada teve que percorrer para intentar uma ação nos tribunais. O trabalho também demonstra os significados atribuídos pelas pessoas à Justiça e o modo como as autoridades interpretavam tais ações.

Apresentemos Hypolita. Essa mulher, nascida de ventre livre, recebeu o nome cristão de Hypolita Maria das Dores. Mulata, viúva do primeiro casamento com um escravo – cujo nome não nos foi possível conhecer. Em 1858, em segundo matrimônio, casou-se com Galdino, um homem livre. Era filha de Maria das Dores, forra, e de Francisco Pilé, homem livre. Sua avó era Antônia, cabra, escrava. Seu avô, homem livre e rico, cujo nome não conseguimos identificar. Era bisneta de Geraldo, também homem livre. Nasceu em 1823, em um lugar designado vagamente nos documentos pesquisados como as “margens do Rio São Francisco”, pequeno povoado localizado no sertão dentro dos limites da província de Pernambuco.<sup>30</sup>

A trajetória de Hypolita e sua saga pela liberdade foram retratadas no jornal *O Araripe*, em vários números, que, não obstante ser um jornal dos “liberais”, não defendia o fim da escravidão, conforme já foi explicado. O periódico defendia o direito de propriedade dos escravistas. No entanto, a “escravização ilegal” de Hypolita ganhou suas páginas por quase três anos, devido à disputa entre senhores no Cariri, que eram inimigos. Ou seja, o escravizador de Hypolita, João Pereira de Carvalho, residente na cidade do Crato e seus adversários, os irmãos Luis Pereira de Alencar e Gualter Martiniano de Alencar. O fato é que Hypolita Maria das Dores usou os meios

---

<sup>29</sup> Cf. Antonia Márcia Nogueira Pedroza, *Desventuras de Hypolita: luta contra a escravidão ilegal no sertão (Crato e Exu, século XIX)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2013.

<sup>30</sup> Pedroza, *Desventuras de Hypolita*, p. 18.

que tinha para tentar alcançar a liberdade perdida ilegalmente: a fuga; a proteção dos inimigos de seu escravizador; a ação judicial e a divulgação de sua história em um periódico. Segundo Antonia Márcia Pedroza, em fins de 1858, Hypolita obteve um resultado favorável para si e para seus filhos, com a vitória na ação judicial. Porém, no ano de 1859, no inventário da esposa de seu escravizador, tanto ela quanto seus filhos apareciam como bens a serem divididos. A pesquisadora não identificou na documentação o resultado final da luta de Hypolita, destacando que pode ter sido reescravizada ou que seu escravizador possa ter apelado ao Tribunal da Relação. No entanto, a documentação sobre o caso e as informações em *O Araripe*, não deram conta do final dessa história.<sup>31</sup>

O Cariri vivido refletia as contradições das relações sociais existentes. Idealizado no discurso senhorial como o lugar do refrigério, da fertilidade do solo, da presença das águas de suas fontes, oriundas da Chapada do Araripe, lugar de descanso para o viajante, da generosidade dos senhores, mas era, ao mesmo tempo, espaço do conflito, da diferença de usos da terra, da ociosidade e da propensão à criminalidade da classe subordinada se não houvesse o controle social.

A humanidade e a natureza determinadas. Da idealização para a representação. Em que pese a identificação desta construção com um modelo de sociedade pensada pelos senhores ou seus intelectuais, a historiografia que pretenda abordar o Cariri não deve partir de uma interpretação determinista da natureza e, conseqüentemente, das atividades econômicas. Seria incompleta se considerasse que somente as relações humanas no âmbito social seriam históricas e que, portanto, apenas elas mudassem no decorrer da temporalidade. Ou que as relações econômicas estariam determinadas pelos recursos naturais existentes, como se fossem um dado *a priori*. O resultado levaria a considerar que as atividades ligadas à pecuária, à agricultura ou ao comércio ocorreriam devido às “oportunidades” naturais do entorno, do espaço, reafirmando o discurso dominante no século XIX. Um local com fontes de água e solo fértil, “naturalmente” seria propício à determinada

---

<sup>31</sup> “Neste sentido, ficam conclusões, mas também novas interrogações. Se a ação de liberdade seguiu para a segunda instância, por que o jornal silenciou-se sobre isso? Teria Hypolita perdido o apoio de alguém importante, que exercia influência sobre O Araripe? Em caso afirmativo, por quê? Será que Hypolita desistiu da ação e resignou-se à condição de escrava? Hypolita foi, novamente, distanciada do convívio de seus filhos? Hypolita e seus filhos ficaram livres e juntos? Afinal, o que aconteceu com Hypolita?”. In: Pedroza, *Desventuras de Hypolita*, p. 147.

prática agrícola. Já um terreno com solos mais empobrecidos do ponto de vista da potencialidade produtiva serviria para as pastagens, por exemplo. A própria ideia de fertilidade seria permanente, a não ser em caso de desastres naturais.

Nesse tipo de abordagem, também o trabalho humano se apresenta de tal maneira. Assim, dentro desse raciocínio, algumas atividades fariam uso principalmente da mão de obra escrava enquanto outras, “naturalmente”, optariam pelo trabalhador livre, de forma que a história estaria submetida a um determinismo econômico ou a alguma espécie de fatalismo. Ainda que fossem descritas uma série de táticas de resistência por parte dos trabalhadores, ou as estratégias desenvolvidas pelos senhores para a exploração, os usos do trabalho apareceriam como “naturais”, quando na verdade são sociais. Se a natureza tem sua transformação intrínseca, não sendo imutável, também a ação humana ocorre historicamente. Na relação entre as sociedades e seu espaço de ação, o procedimento deve ser o de compreender esse mesmo espaço como uma correlação variável no decurso histórico.

Uma história que não é apenas do Cariri, mas que aconteceu também na região, com suas peculiaridades, envolveu o domínio e apropriação dos recursos naturais, bem como de seres humanos; compreendeu a busca por uma identidade regional que justificasse toda a dominação que ali existiu; exigiu a construção de um discurso sobre o Cariri que acabou sendo repetido através do tempo, tornando-se quase “natural” e até motivo de orgulho para determinados setores da população, qual seja a que representa a região como sendo o “celeiro” do sertão, com seus “verdes canaviais” e “fontes perenes de água”, onde os viajantes podem descansar, depois de percorrer os sertões áridos e quentes.

O pretense projeto civilizador da classe senhorial significou o aumento dos estereótipos sobre as classes subordinadas. Da apropriação injusta dos recursos naturais e da autoimagem de bondade e civilizada, os senhores estigmatizaram os mais pobres. Enquanto alguns puderam desfrutar das possibilidades de uma vida de fartura material e de prestígio social combinados ao poder político, os trabalhadores procuraram diversas formas de resistir, muitas vezes apenas para poder sobreviver no Cariri. E resistindo, estabeleceram laços de solidariedade, amizade, amor, mesmo que esses sentimentos não surgissem na documentação oficial.



Recebido em 21/09/2015 - Aprovado em 8/10/2015